

GESTÃO

Hospital Saúde protocola pedido de recuperação judicial em Caxias do Sul

O Hospital Saúde, de Caxias do Sul, protocolou pedido principal de Recuperação Judicial. A ação é realizada em continuação ao projeto de reestruturação da instituição de saúde, iniciado em 14 de janeiro, quando ajuizou uma medida preparatória perante o Juízo da Vara Regional Empresarial da Comarca de Caxias do Sul. A partir de agora, aguarda-se o deferimento por parte da Justiça. A medida foi tomada nesta sexta-feira (13).

De acordo com a advogada Aline Ribeiro, especialista em Direito Empresarial e responsável pelo caso, a medida visa organizar e reestruturar o passivo de forma global, coordenada e transparente, sob supervisão do Poder Judiciário, criando um ambiente de maior estabilidade para negociações responsáveis com credores, preservação do fluxo operacional e adoção de providências de reorganização econômico-financeira.

“O objetivo central do procedimento é preservar a continuidade da atividade hospitalar, com foco na segurança assistencial, na manutenção do atendimento à população, na proteção dos pacientes, e na preservação dos postos de trabalho e da cadeia de fornecedores indispensáveis ao funcionamento do hospital”, afirma a advogada.

Em nota, a gestão do Hospital Saúde reafirmou o seu compromisso com a comunidade, com seus colaboradores,

com os profissionais de saúde e com seus parceiros, e seguirá prestando informações de forma responsável, conforme a evolução do processo.

A Tutela Cautelar Antecedente, medida judicial preparatória para o pedido de Recuperação Judicial, protocolada em janeiro, antecipou os efeitos do stay period, o prazo no qual ficam suspensas as execuções de dívidas contra a empresa em recuperação judicial, e suspende todas as ações e execuções movidas contra o Hospital Saúde pelo prazo de 60 dias.

O deferimento ainda proibiu qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre seus bens, oriundas de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações se sujeitem à recuperação judicial ou à falência. A medida também assegurou a continuidade do fornecimento de água, oxigênio/gases medicinais e do sistema de gestão hospitalar para a continuidade das atividades da instituição de saúde.

A Recuperação Judicial é o instrumento previsto na legislação brasileira e voltado ao soerguimento de empresas viáveis, permitindo o reequilíbrio das obrigações financeiras, a recuperação da capacidade de investimento e a retomada sustentável das operações, com transparência e sob a supervisão do Poder Judiciário.



Instituição defende que medida cria mais estabilidade para negociações com credores

CLIMA

Bagé realiza reunião para debater situação da estiagem

TAMILE PADILHA/DIVULGAÇÃO/CIDADES



A Barragem da Sanga Rasa está 3,80 metros abaixo do normal, volume 5,10 metros abaixo do nível habitual da represa

A Prefeitura de Bagé, Daeb, Defesa Civil e Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (Comder) estiveram reunidos, na manhã da sexta-feira (13), para debater a situação da estiagem no município.

Um novo encontro será realizado em março para avaliar os impactos da falta de chuva e possível decretação de situação de emergência em Bagé. Também esteve presente na reunião o meteorologista da Secretaria Estadual da Agricultura (Sea-pi), Flávio Varone.

Varone apresentou à Administração Municipal e aos representantes das instituições que compõem o Comder a plataforma do Sistema de Monitoramento e Alertas Agroclimáticos (Simagro-RS) e a tendência de chuvas para a região nos próximos meses.

A plataforma pode ser utilizada como importante ferramenta tanto para os produtores rurais quanto para a Defesa Civil e demais órgãos. Uma nova reunião será realizada em 3 de março para debater os impactos da estiagem em Bagé.

Conforme o meteorologista, desde o mês de setembro, a nossa região está com chuvas abaixo do normal, com exceção de dezembro que apresentou boa precipitação. “Nos próximos seis meses devemos ter uma condição de chuvas abaixo do esperado. Por isso, precisamos ter um pouco de cuidado neste período; teremos chuvas, mas ainda estaremos em uma condição de estiagem. A tendência é só reverter isso

no segundo semestre de 2026”, salientou. Ainda conforme Varone, a chuva da última quinta-feira (12) foi positiva para os agricultores, mas insuficiente para acúmulo de água nos reservatórios.

Em Bagé, na quinta-feira (12), a precipitação na principal barragem da cidade, a Sanga Rasa, foi de 35 milímetros. Atualmente, o reservatório está 5,10 metros abaixo do normal.

O extensionista da Emater, Alex Sandro de Oliveira, também apresentou dados durante a reunião. Os levantamentos realizados pela instituição ainda não indicam perdas suficientes para que seja decretada situação de emergência no município, mas acendem o alerta para prejuízos no campo.

“Temos hoje uma prospecção, com base nas condições climáticas, de uma perda de 15% da cultura da soja, por exemplo, com tendência de aumentar nos próximos dias.

Acredito que daqui cerca de duas semanas, infelizmente, teremos números suficientes de perda para atingir o mínimo necessário para o laudo do decreto de emergência”, afirmou.

O diretor do Departamento de Água, Arroios e Esgoto de Bagé (Daeb) e coordenador municipal da Defesa Civil, Max Meinke, explica que mesmo que o município ainda não tenha as condições necessárias para o encaminhamento de situação de emergência, avaliar os dados e ouvir as falas dos produtores são importantes para que seja fundamentado

o decreto e a administração municipal tenha conhecimento dos problemas enfrentados pela comunidade. “Após o Carnaval, faremos uma nova reunião para avaliar os dados. Temos condições que sinalizam para que nas próximas semanas seja decretada a situação de emergência em Bagé”, ressaltou Max.

Existe uma legislação que disciplina duas possibilidades: a Situação de Emergência e a Situação de Calamidade. Na primeira, o município consegue contornar a situação de anormalidade com ajuda, sendo possível a liberação repasses ao município.

Enquanto a Calamidade é quando o impacto é maior e a população não consegue sair da situação sozinha, sendo necessário um amparo maior do Poder Público, como, por exemplo, em uma enchente de grandes proporções.

“O decreto cria condições para se buscar uma resposta emergencial que pode mitigar os problemas da cidade. O que não garante, mas possibilita a destinação de recursos estaduais e federais ao município”, destaca Meinke.

“Temos um problema histórico de seca na nossa região. Decidimos pelo racionamento preventivo para tentar evitar de tomar uma decisão futura de maior impacto na vida das pessoas. E da mesma forma, hoje nos reunimos para discutir os impactos da estiagem, especialmente, na área rural. Seguiremos atentos aos problemas enfrentados no nosso município”, destacou o prefeito em exercício, Beto Alagia.

Editora Jornalística Jarros Ltda.

Editor-chefe: João Dienstmann

Telefone: (51) 3213-1376

e-mail: redacao@jornalcidades.com.br

Informações e Anúncios

Responsável comercial: Christian Rocha

Telefone: (51) 3213-1395

e-mail: jornalcidades@jornalcidades.com.br

Rua Olavo Bilac, 435 - CEP 90040-310 - Porto Alegre - RS

As opiniões das colunas e artigos publicados pelo Jornal Cidades não correspondem, necessariamente, à linha do jornal, sendo responsabilidade dos autores.

IMPRESSÃO E DISTRIBUIÇÃO: Empresa Jornalística J. C. Jarros